



Governo do Distrito Federal
Vice-Governadoria

Coordenação de Planejamento da Contratação

Ata de Registro de Preços n.º 005/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º: 005/2024 - SUAG/VGDF

PROCESSO n.º: 04043-00001160/2024-14

PREGÃO n.º: 90009/2024

VALIDADE: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de 2024, na **VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL - VGDF**, localizada no Anexo do Buriti, 3º andar, sala 301, Praça do Buriti, Brasília/DF; CEP: 70.075-900, neste ato representada por **CLEMILTON OLIVEIRA RODRIGUES JÚNIOR**, Subsecretário de Administração Geral da Vice-Governadoria do Distrito Federal, com delegação de competência prevista na Portaria n.º 03, de 23 de março de 2023, artigo 2º, inciso I, III e IV, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica n.º 90009/2024, Processo SEI n.º **04043-00001160/2024-14**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/21, no Decreto Distrital n.º 44.330/23, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços do **ITEM 02** para **Serviços de Lavanderia**, especificados no Termo de Referência (151375298), **ANEXO I** do Edital de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 90009/2024 (151508788) que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: ROSIVALDO PONTES DE SOUZA

CNPJ: 14.104.304/0001-03

ENDEREÇO: SHVP RUA 05 CHACARA 118 LOTE 08 LOJA 03 BRASILIA - DF

CONTATO: (61) 3264-6666 /98341-6666 / bestcleanbsb@gmail.com

REPRESENTANTE: ROSIVALDO PONTES DE SOUZA

ITEM 02 - LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, TRATAMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO**POLTRONAS, CADEIRAS, SOFÁS E OUTROS MOVEIS EM TECIDO PARA LAVAGEM A SECO E IMPERMEABILIZAÇÃO**

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. anual de limpeza e impermeabilização	VALOR UNITÁRIO FINAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Sofá revestido em linho na cor cru, medidas 280x100cm almofadas de encosto em enchimento em fibra siliconada 20cm.	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
2	Sofá revestido em linho, com espuma D-28, 85/94cm altura 275x/280cm largura 80/88cm profundidade.	und	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
3	Sofá em tecido de linho, cor branca, 220x100cm.	und	1	R\$ 929,00	R\$ 929,00
4	Sofá de 04 lugares em tecido tipo Nobuque.	und	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
5	Cabeceira estofada modulada acolchoada med. 400x110cm, tecido revestimento Suede.	und	1	R\$ 575,00	R\$ 575,00
6	Estofado, c/03 lugares, rev. em TECIDO aveludado, med. 2,10x0,90x0,86m.	und	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
7	Sofá 4 lugares revestido em camurça – tecido.	und	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
8	Poltrona clássica, estilo Luis XV, assento em linho cru.	und	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00

9	Poltrona em tecido verde com pintura laqueada, estrutura em madeira.	und	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
10	Poltrona em madeira, em tecido tipo linho sintético na cor branca, 77 alturax71cm de profundidade.	und	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
11	Poltrona em tecido nobre, na cor cru, estofada em espuma D-28 ou D-33, encosto com almofada, 76/80alt 85/90 larg 80cm profun.	und	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00
12	Poltrona em tecido de algodão e poliéster, espumas D-23 ou D-36 base em madeira.	und	6	R\$ 170,00	R\$ 1.020,00
13	Poltrona em tecido de linho, estilo clássico, em madeira Marrom Escuro.	und	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
14	Cadeira em madeira com assento em tecido de linho Bege e encosto em palha.	und	6	R\$ 125,00	R\$ 750,00
15	Sofá de 02 lugares em tecido, cor clara	und	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
16	Poltrona em madeira, assento e encosto em tecido	und	2	R\$ 400,00	R\$ 800,00
17	Provisão para serviços eventualmente necessários e não contemplados nesta relação		10%		R\$ 1.538,00
SUBTOTAL					R\$ 12.812,00
SOFÁS/POLTRONAS PARA TRATAMENTO EM COURO					

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. Anual	VALOR UNITÁRIO FINAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
18	Sofá 02 lugares com braços, assento e encosto em couro natural preto, medindo 158x90x85cm.	und	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
19	Poltrona com encosto e assento, puff com espuma D28, em couro marrom.	und	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00
20	Sofa de 03 lugares, medindo 212xx85x72cm, revestido em couro sintético	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
21	Sofá de três lugares com revestimento em courotex, medindo 80x45x190cm.	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
22	Sofá em couro marrom, Medidas: 244X94cm	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
23	Sofá em couro. Medida:220X100cm	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
24	Poltrona em couro e madeira. Medidas 71X84cm	und	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
25	Sofá 3 lugares, em couro preto, estrutura em madeira de lei, assento em almofada solta, medindo 220x90x85cm.	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
26	Sofá de 1 lugar em couro.	und	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00

27	Sofá de 1 lugar revestido em courvim preto – couro.	und	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
28	Sofá de 3 lugares em couro, medindo 200x80;	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
29	Sofá de 3 lugares em couro, medindo 180x80	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
30	Sofá de 2 lugares em couro, medindo 120x65	und	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
31	Poltrona executiva de 1 lugar, revestido em courvim	und	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
32	Sofá de 2 lugares revestido em courvim preto – couro.	und	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
33	Cadeiras em madeira, com assento em couro	und	14	R\$ 100,00	R\$ 1.400,00
34	Banquetas com assento em couro	und	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
35	Provisão para serviços eventualmente necessários e não contemplados nesta relação		10%		R\$ 2.430,00
SUBTOTAL					R\$ 18.460,60
TAPETES – LAVAGEM A SECO E IMPERMEABILIZAÇÃO (M³)					
SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. Anual	VALOR UNITÁRIO FINAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
36	Tapete tipo persa, 400x300cm, em cores nobres e vibrantes com toque macio, fios de alta qualidade.	und	1	R\$ 1.080,00	R\$ 1.080,00

37	Tapete cinza claro, medindo 250x250cm, material 100% polipropileno.	und	1	R\$ 635,83	R\$ 635,83
38	Tapete cinza claro 480x310cm em material 100% polipropileno.	und	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
39	Tapete cinza claro, medindo 200x300cm, material 100% polipropileno.	und	3	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
40	Tapete decorativo cor clara e neutra, 400x300cm.	und	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
41	Tapete preto, medindo 150x200, material polipropileno	und	1	R\$ 250,00	R\$ 250,00
42	Tapete decorativo, med. 300X250cm.	und	3	R\$ 600,00	R\$ 1.800,00
43	Tapete decorativo 300x200cm	und	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
44	Tapete decorativo, medindo 200x100	und	1	R\$ 230,00	R\$ 230,00
45	Provisão para serviços eventualmente necessários e não contemplados nesta relação		20%		R\$ 2.546,00

SUBTOTAL

R\$ 12.641,83

CADEIRA, PUFF E TAPETE EM SISAL PARA LAVAGEM A SECO

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. Anual	VALOR UNITÁRIO FINAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
46	Cadeira Cissal	und	3	R\$ 100,00	R\$ 300,00
47	Puff redondo de cissal	und	1	R\$ 70,00	R\$ 70,00

48	Tapete em cisal, medindo aproximadamente 4,79x2,73	und	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
49	Provisão para serviços eventualmente necessários e não contemplados nesta relação		10%	R\$ 116,17	
SUBTOTAL					R\$ 1.086,17
TOTAL ITEM 02					R\$ 45.000,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à **VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL - VGDF**, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

4. CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões:

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade,

a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7. (se for o caso).

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. **A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.14.2. mantiverem sua proposta original.

5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.16. O registro a que se refere o item 5.11. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.11. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por

motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.5, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor.

8.1.1. for liberado pela Administração Pública;

8.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

- 8.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
- 8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- 8.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;
- 8.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

9. CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CLÁUSULA X - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Contrato, conforme condições estabelecidas em edital, podendo a Administração, ao seu critério, substituir por outro instrumento hábil, em conformidade com o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO I do EDITAL**.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.
- 11.4.

CLEMILTON RODRIGUES OLIVEIRA JUNIOR

Subsecretário de Administração Geral

ROSIVALDO PONTES DE SOUZA

Licitante vencedor

Testemunhas:

ELISABETE MOURA DE CARVALHO

CINTHYA TORRES MOTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2024					
1º LUGAR					
ROSIVALDO PONTES DE SOUZA					
CNPJ 14.104.304/0001-03	INSC. ESTADUAL 07.636.885/001-30	BANCO Banco Itaú (341) BRB (070)	AGÊNCIA 0654 287	CONTA-CORRENTE 08755-0 005995-1	
TELEFONE: (61) 3264.6666 /98341-6666		ENDEREÇO: SHVP RUA 05 CHACARA 118 LOTE 08 LOJA 03 BRASILIA - DF			
EMPRESÁRIO ROSIVALDO PONTES DE SOUZA		RG 1.577.531 - SSP-DF		CPF 793.360.781-00	
PROPOSTA CONFORME CLÁUSULA 2.1 DESTA ATA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CLEMILTON RODRIGUES OLIVEIRA JUNIOR Subsecretário de Administração Geral ROSIVALDO PONTES DE SOUZA Licitante vencedor Testemunhas: ELISABETE MOURA DE CARVALHO CINTHYA TORRES MOTA					



Documento assinado eletronicamente por **ROSIVALDO PONTES DE SOUZA RG 1577531, Usuário Externo**, em 25/11/2024, às 17:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEMILTON OLIVEIRA RODRIGUES JUNIOR - Matr.1710803-9, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 25/11/2024, às 20:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=156733245)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=156733245)
[verificador= 156733245](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=156733245) código CRC= **905C2D9D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Palácio do Buriti, anexo, 3º andar, ala oeste. - Bairro Asa Norte - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - <https://www.vice.df.gov.br>
